

Os cerrados da Bahia sob a lógica do capital

Clóvis Caribé Menezes dos Santos¹

Dentro da diversidade econômica e social presente no Estado da Bahia, destaca-se o processo de modernização agrícola que ocorre nos espaços de cerrados da sua região Oeste. Trata-se de um espaço que se transformou, a partir do final da década de 1970, em uma das principais alternativas de expansão da fronteira agrícola no país e teve alguns dos territórios de seus municípios altamente afetados por uma nova dinâmica econômica. Os novos recortes territoriais produtivos que foram criados têm a sua existência regulada por outras escalas institucionais de poder fora da Bahia, o que torna a sua gestão muito complexa. Neste artigo, de forma sintética, procuraremos abordar como os novos recortes territoriais, reestruturados a partir da nova dinâmica econômica e social, acentuam as já profundas desigualdades sociais existentes na Região e referendam uma divisão territorial do trabalho viabilizada por uma modernização seletiva da agricultura ditada de fora do país.

Modernização; Agricultura; Cerrados.

1 Introdução: a (des)articulação econômica e social de uma região

Na história do Estado da Bahia, registram-se incessantes mudanças econômicas, embora pouco determinantes para alterar a sua estrutura produtiva, as suas relações de dependência e o quadro de desigualdades

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). cloviscaribe@uol.com.br.

sociais. A partir do início da década de 1950, o atraso econômico que persistia nesse Estado chamou atenção de um núcleo de intelectuais e políticos que, capitaneados por Rômulo Almeida², iniciaram análises com o fim de entender a existência de um “enigma baiano”. Por que a Bahia, mesmo contando com grandes recursos potenciais e apesar de seu importante passado no cenário nacional, vivenciava, já havia um longo período, uma estagnação econômica, enquanto uma parte das unidades da Federação situadas no Sudeste, particularmente São Paulo, apresentava uma nova dinâmica econômica e que se visibiliza.

Rômulo Almeida, ao assumir, em abril de 1955, a Secretaria da Fazenda do Estado, criou e presidiu a primeira Comissão de Planejamento Econômico do Estado (CPE) e, por meio dela, preparou os estudos que lançaram as bases da moderna Bahia: o Plano de Turismo do Recôncavo, os Termos de Referência para o Pólo Petroquímico do Nordeste, o distrito industrial de Aratu, o modelo petroquímico de Camaçari e projetos urbanísticos para o Estado. Desde esse período é discutida a inserção dessa unidade federativa em um contexto mais amplo da República.

As análises feitas por essa comissão foram importantes e avançadas em se considerando o período e as suas ligações com os grupos sociais e políticos que historicamente resistiram a mudanças radicais e necessárias para a expansão do capitalismo na Bahia. Os estudos desvendaram algumas das especificidades das estruturas econômicas e sociais do Estado e apresentaram propostas de intervenções que não foram executadas no seu todo. Tais propostas visavam impulsionar mudanças qualitativas no perfil econômico e social do Estado – principalmente no setor industrial. Reconhecia-se, desde aquele período, que a Bahia, em vista de sua dotação de recursos naturais e dimensão da população e de sua base

² O economista Rômulo Almeida (1914-1988) é um dos precursores, coordenador e principal formulador do conjunto de propostas que ofereceram um projeto de mudança do perfil econômico e social do Estado da Bahia, a partir do início da década de 1950. É considerado um dos criadores do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em 1951, foi designado oficial-de-gabinete do Gabinete Civil da Presidência da República do segundo governo Vargas e incumbido de organizar a Assessoria Econômica da Presidência da República. Nessa condição, formulou o projeto original da Petrobras e da Eletrobras, pensou os primeiros projetos para o Nordeste e ajudou a criar o Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), do qual foi o seu presidente a partir de 1953. Foi afastado do mapa político baiano a partir de 1970, vitimado por implacável perseguição dos novos governos que se instalaram no período.

produtiva, não deveria ser tratada com menosprezo por parte do projeto político predominante da Federação.

As propostas, as mobilizações e os embates criados a partir do projeto apresentado pelo núcleo sob a liderança de Rômulo Almeida constituíram um marco importante na dinâmica de formação recente do Estado baiano. Passadas mais de duas décadas, as idealizadas intervenções na direção do rompimento definitivo do quadro de desigualdades econômicas e sociais que marcavam o Estado não ocorreram. Esse núcleo foi substituído por outro o qual abandonou a perspectiva de refletir a totalidade de um Estado que, ao longo da década de 1960 e início da década de 1970, apresentava uma estrutura produtiva que se assemelhava, em seus aspectos básicos, aos perfis vigentes e tidos como característicos de espaços pouco dinâmicos econômica e socialmente. Com o novo núcleo que ascendeu as estruturas de poder político e econômico no Estado, a busca por um espaço maior nas definições dos grandes temas e projetos de nação pareceu não ser uma necessidade. A partir daí, manteve-se, no essencial, a prática histórica presente no Estado, de se discutir pequenos acordos e dinâmicas pontuais exaustivamente.

Os novos grupos políticos que assumiram o controle do Estado, metamorfoseados, perderam a capacidade de ter objetivos maiores, porquanto se entusiasmaram com as novas perspectivas econômicas que passaram a se apresentar em alguns espaços econômicos do Estado; muitas, devido aos aspectos presentes na conjuntura econômica nacional. Delegaram, aos agentes externos, o poder de definir as características de uma nova estrutura produtiva que estava se apresentando ao Estado. Com isso, as inversões econômicas produtivas em partes do território do Estado passaram a ser importantes a partir do grau em que conseguissem copiar os principais aspectos das inversões produtivas que ocorreram nas regiões do país consideradas ricas. Esse processo se deu sem a superação das próprias carências existentes e um melhor aproveitamento das potencialidades com que o Estado contava.

Dessa forma, acelerou-se em alguns espaços do Estado um processo de integração econômica totalmente subordinada, com um tênue movimento de reespecialização da economia local em direção aos extremos do seu território. Com respeito a essa ausência de uniformidade, verificada de forma acelerada nas três últimas décadas, nota-se que, estrategicamente-

te, determinados espaços, sobretudo onde se localizam as atividades voltadas aos setores de energia (petróleo) e a petroquímica (no entorno da Região Metropolitana de Salvador), a moderna agricultura irrigada (nos espaços do rio São Francisco localizados na Região do baixo Médio São Francisco), a produção de grãos (no Oeste da Bahia) e o Pólo de Papel e Celulose (na Região Extremo Sul), seguem uma trajetória gradual e ascendente no processo de suas incorporações aos setores avançados do capital no país. Esse quadro vem fortalecendo uma situação presente na Bahia, onde são poucas as polarizações econômicas regionais e, quando existem, são por força de atividades de exportação e importação freqüentemente ligadas aos centros mais dinâmicos do país.

Nas três últimas décadas, fruto das conjunturas econômicas nacional e internacional, das condições políticas nacionais, das novas redes de transportes, informações e comunicações, das novas tecnologias agrícolas e dos estudos e das bases da moderna economia baiana lançada a partir do início da década de 1950, uma dessas polarizações começou a se apresentar com mais destaque e se tornou economicamente visível e viável ao capital. Trata-se do processo de ocupação dos espaços de cerrados da sua região Oeste com a moderna agricultura de grãos. Um espaço³ de território do Estado com áreas que, até o início da década de 1980, eram tidas, pelas classes dominantes baianas, como “vazias” e “marginais”, quase inacessíveis, e que se tornaram, devido a fatores externos, em uma nova realidade econômica, com estruturas sociais diferentes das presentes no seu setor agrícola até aquele momento.

A chegada da modernização agrícola aos espaços de cerrados da região Oeste⁴ aconteceu num momento em que a Bahia apresentava uma agri-

³ O sentido da expressão espaço, no quadro de análise estabelecido para este trabalho, é tomado das obras de Milton Santos, que considera espaço como um “conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. (...) um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual” (SANTOS, 1978, p. 122). Por se tratar de uma das expressões da sociedade é um produto material em relação a outros produtos materiais – inclusive às pessoas – as quais se envolvem em relações sociais (historicamente) determinadas que dão ao espaço uma forma, uma função e um sentido social (CASTELLS, 1999, p. 435).

⁴ A região hoje denominada Oeste do Estado da Bahia é composta de 23 municípios: Angical, Baianópolis, Barreiras, Canápolis, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cote-gipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão,

cultura cambaleante, de pouco dinamismo e com dificuldades para completar a sua integração interna e externamente. O processo de implantação de uma dinâmica agrícola moderna nos cerrados constituiu-se em importante fato para um Estado que vinha apresentando poucas transformações econômicas fora das fronteiras da sua região metropolitana.

Com isso, o processo de incorporação da economia agrícola baiana, a partir do início de 1980, com novas regras, ditadas externamente em poucos ramos ou mesmo em poucos setores ou em limitadas unidades produtivas, acontece de forma abrupta, transformando a produção de grãos dos cerrados na principal atividade econômica do setor. Foi o período em que se iniciou um processo no setor agrícola nacional que envolveu

[...] a substituição da agricultura natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo mercado interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário (KAGEYAMA, 1990, p. 116).

A ocupação dos cerrados baianos foi um movimento que apresentou, desde o seu primeiro momento, características pouco civilizatórias, parciais e excludentes. Primeiro, foi pouco civilizatória porque a forma de apropriação do território habitado ocorreu, em um primeiro momento, pela grilagem⁵ de terras, legitimada pela execução das políticas públicas de regularização fundiária que manteve uma estrutura de propriedade extremamente desigual. Tanto que, passados 30 anos do início da ocupação dos cerrados, a região Oeste apresenta um dos mais elevados índices de Gini⁶ da estrutura fundiária no Estado da Bahia⁷.

Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, São Desidério, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley.

⁵ Processo de apropriação indevida das terras dos outros ou da União, do Estado e/ou dos Municípios, sem que se tenha direitos legais sobre elas. Constitui atividade corriqueira na história recente do Oeste baiano

⁶ O índice de Gini refere-se a uma “medida do grau de concentração de uma distribuição que varia entre zero e um. Teríamos $G=0$ se houvesse perfeita igualdade na distribuição

Considera-se esse processo profundamente desigual porque, do conjunto dos 23 municípios pertencentes à região, o crédito agrícola e o apoio governamental foram mais intensos para agricultores situados na parte do território de seis municípios que contaram com um processo claro de ocupação dos seus cerrados com a moderna agricultura (Barreiras, Correntina, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério). Quanto ao restante dos produtores localizados fora desses espaços, que desenvolviam sistemas de produção e culturas para a subsistência, o acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos foi restrito.

Ademais, caracterizou-se como um processo profundamente excludente. Pois, além de atingir, desde o seu princípio, poucos produtores da região, fez, também, com que alguns poucos que se apresentaram logo no começo não chegassem até o momento atual em que se percebe o início de uma integralização da riqueza gerada pela moderna agricultura.

2 Modernização capitalista e o cerrado no Brasil

O capital produz e reproduz relações de produção historicamente específicas, e o seu domínio é imposto à natureza e à força de trabalho. Consiste em um sistema de controle, estruturado de maneira mutuamente antagonica cujas formas se “estabeleceram com perfis sistêmicos amplamente diferenciados, repercutindo negativamente sobre qualquer tentativa efetuada de homogeneização de sua trajetória” (OLIVEIRA, 2004, p. 261).

Devido a circunstâncias exteriores e ao evidente desenvolvimento das forças capitalistas no agro brasileiro, os cerrados transformaram-se, nos últimos 30 anos, no espaço agrícola do país que mais materializou modificações radicais nas suas paisagens, nos processos de trabalho, nos há-

da posse da terra, isto é, se todos os estabelecimentos tivessem a mesma área e houvesse milhares de microminifúndios quase sem terra. Um índice de Gini superior a 0,8 mostra, sem dúvida alguma, que há uma forte concentração da posse da terra” (HOFFMANN, 1979, p. 208). Isso revela o caráter concentrador dessa estrutura fundiária.

⁷ Entre os anos de 1980 e 1985, o índice de Gini da Região foi de 0,913 e 0,918, respectivamente.

bitos de consumo e na configuração geográfica. Foram modificações introduzidas em espaços sempre tratados pela historiografia e geografia dominante como vazios, em virtude da ausência de uma base técnica e empreendimentos agrícolas e industriais considerados modernos. Foram ações que modificaram nas últimas três décadas substancialmente as suas paisagens. Todas essas ações ocorreram conforme os interesses e a lógica não somente dos setores ligados à economia nacional, mas também de setores ligados aos capitais mundializados.

As mudanças ocorridas foram pautadas em receituários elaborados por corporações de países avançados do capitalismo e cuja obediência de seus pares nacionais permitiu a incorporação nos espaços de cerrados “eleitos” de um padrão produtivo no qual predominaria a necessidade de grandes investimentos de capital; fez parte de um projeto maior das grandes corporações internacionais (bancos de financiamentos e governos) interessadas na ampliação da produção agrícola mundial.

Para compreender as mudanças ocorridas nos cerrados brasileiros, nesse último período, é necessário remeter-se ao processo de modernização conservadora da agricultura, iniciado em meados dos anos 1970, com a transformação da base técnica do agro nacional sem alterar-lhe condições estruturantes. Tal processo trouxe ganhos imediatos ao capital, acelerou a integração da economia nacional ao mercado mundial e não ocorreu descolado dos aspectos presentes na conjuntura internacional, sendo extremamente favorável ao país na contração de empréstimos externos.

Com os aspectos externos favoráveis e o apoio político interno das estruturas governamentais, tornou-se possível a implantação de um novo modelo agrícola no país; o Estado foi o responsável pela criação da infraestrutura de comunicação, da pesquisa agrônômica e pelo efetivo apoio aos segmentos capitalistas nacionais e internacionais com créditos financeiros altamente subsidiados. Essa estratégia de redirecionamento do capital no território nacional foi de suma importância para a reconfiguração do sistema capitalista no país.

Foi a partir da chegada da moderna agricultura nos espaços de cerrados baianos, também sempre tratados pelo Estado como áreas marginais no processo produtivo, que o Oeste baiano passou a participar da agenda para o setor agrícola nacional. O processo de ocupação dos cerrados bai-

anos subordinou-se à mesma lógica de ocupação capitalista do cerrado nacional. Pois, também na Bahia, as áreas de cerrados foram as áreas agricultáveis que mais apresentaram transformações na direção da modernidade econômica capitalista nos últimos 50 anos, muito devido à produção de grãos que permitiu ganhos econômicos quase que imediatos, conseqüência do significativo volume alcançado desde as primeiras safras.

A expansão de relações capitalistas modernas no campo brasileiro encontrou resistências significativas das estruturas de poder em várias regiões do país, principalmente na região Nordeste. Logo nos primeiros momentos em que grandes projetos iam sendo implantados nessa região, destacava-se a resistência de grande parte das lideranças políticas locais e dos grandes proprietários de terras de origem regional a processos que pudessem colocar dúvidas sobre as características das formas de dominação exercidas nesses espaços. O processo de ocupação dos espaços de cerrado da região Oeste da Bahia, quando observado a partir desse contexto, apresenta uma situação distinta, pois foram as forças econômicas e políticas dominantes regionalmente as peças facilitadoras do processo de ocupação do principal meio de produção da nova dinâmica econômica que seria viabilizada em alguns dos seus espaços territoriais: o acesso à terra.

Atuando com o apoio de organismos do governo do Estado, as estruturas de poder regional ajudaram a quebrar, literalmente, a resistência à implantação do novo modelo agrícola nos cerrados. Foram as alianças que ocorreram entre, de um lado, representantes do aparelho de Estado e grandes grupos econômicos nacionais, e, do outro, figuras tradicionais do poder local, como antigos coronéis e grileiros, que obrigaram os pequenos produtores, posseiros e até grandes proprietários de terras de origem regional a disponibilizar a venda de suas propriedades nas áreas de cerrados aos grupos econômicos que se apresentavam.

Os representantes tradicionais do poder local, os antigos coronéis e grileiros – que se confundiam – entendiam, naquele momento, que os novos grupos econômicos e sociais que se deslocavam e se instalavam nos cerrados do Oeste baiano não se constituiriam em nenhuma ameaça à dominação política ali existente. Foram eles os grandes responsáveis por

demoverem os produtores locais dos conflitos ou das disputas judiciais pela posse de suas terras em favor de setores da moderna agricultura.

Tratou-se de uma situação singular, pois, até quando interessou aos novos produtores e grupos econômicos externos que se instalaram na região, mantiveram-se as alianças com os representantes tradicionais do poder local, antigos coronéis e grileiros; ofereceram apoio, se integraram e firmaram importantes acordos nos cenários estadual e nacional, com vistas à viabilização de programas públicos e de alianças políticas. Hoje, o cenário já não é o mesmo: os grupos econômicos constituídos a partir da moderna agricultura formaram grupos políticos independentes, com força própria na arena política do Estado e com relações muito mais próximas do setor ruralista nacional.

No Oeste da Bahia, as transformações econômicas ocorridas, juntamente ao processo de expansão da moderna agricultura nos seus espaços de cerrado, não mudaram as relações básicas do sistema anterior, do ponto de vista do perfil da concentração da propriedade da terra no conjunto da região⁸; também persistem as relações econômicas de caráter mercantil em espaços que não foram contemplados com a moderna agricultura. Por isso podemos afirmar que a modernização no setor agrícola regional marcou, apenas, um ponto de inflexão a partir do qual se aceleraram as transformações no sentido da predominância das relações capitalistas no conjunto desse setor.

A forma fragmentária apresentada pela expansão do capitalismo no Oeste baiano, ou seja, a sua circunscrição a determinados espaços dos cerrados regionais, constitui, de fato, um dos traços marcantes do processo de modernização agrícola que se viabiliza em sociedades periféricas desse sistema. Essa forma de expansão cria, regionalmente, atividades integradas ao grande capital internacional, ao mesmo tempo que

⁸ Dados oriundos do Sistema Nacional de Cadastro Rural do Inca para o ano 2006 indicam grande concentração monopolista de unidades de maior extensão de terras na região Oeste da Bahia. Nos 23 municípios da região, vê-se um alto grau de concentração da propriedade da terra: cerca de 9% (3.394) do total de imóveis agrícolas (36.523), situados no grupo de área acima de 1.000 hectares, concentravam 69,98% (9.738.076,06) da sua área total agrícola, que é de 13.915.702,41 ha. Enquanto na outra ponta, 23.594 imóveis rurais (64,59%) localizados no grupo de área entre 0 e menos de 100 hectares, estão distribuídos em apenas 4,27% de toda sua área agrícola.

concorre para a permanência de outras que são marginais, do ponto de vista produtivo, mantendo as economias regionais frágeis.

3 O processo de ocupação dos cerrados⁹ no Brasil: antecedentes e panorama atual

No campo das ciências sociais, Sérgio Buarque de Holanda, em suas obras *Monções* (1945) e *Caminhos e Fronteira* (1957), é um dos pioneiros nessa área, que retratam o início do processo de ocupação da região Centro-Oeste do país, território político onde se concentra parte significativa das áreas de cerrado brasileiro. Na busca de fortalecer os seus argumentos sobre a formação da sociedade brasileira, este autor dedicou especial atenção à compreensão do avanço das ocupações dos espaços de fronteiras do país e procurou mostrar certa similaridade na ocupação entre o Brasil e os Estados Unidos.

Em seus estudos comparativos, Sérgio Buarque procurou alertar que, para ele, a experiência de fronteira que o Brasil vivenciou em determinados momentos da sua formação histórica era “uma situação comum ao Brasil e aos Estados Unidos” (WEGNER, 2000, p. 234). As duas experiências, quando comparadas, na visão desse autor, seriam a chave para compreender a americanização do país no sentido continental. Compreensão não consensual nas ciências sociais, pois o processo gradual de transformações na região Centro-Oeste do Brasil não ocorreu sem violência, não contou com uma cordialidade e tampouco representou algum tipo de aventura e/ou risco para o “moderno capitalismo” brasileiro. Foi um processo comum na busca que desenvolvem as economias capitalistas avançadas com o objetivo de encontrar em países periféricos “escondouros irrestritos para a exportação de capital e gerar nos primeiros tempos níveis inimagináveis de superlucro, sob a ideologia da ‘moderni-

⁹ Cerrado: tipo bastante característico de cobertura vegetal que vai desde os campos limpos até uma vegetação bastante densa, com uma extensa rede hidrográfica e os rios das maiores bacias brasileiras: as do Amazonas, Tocantins, Paraná e São Francisco. Ocupa cerca de 25% do território nacional, com áreas que se estendem por mais de 180 milhões de hectares, dos quais 50 milhões apresentam potencial de uso para a agricultura.

zação' e a eliminação do 'subdesenvolvimento'" (MÉSZÁROS, 2002, p. 1074).

Nos institutos de pesquisas e nas produções acadêmicas nacionais, parece consenso entre os estudiosos do tema que os cerrados brasileiros sempre foram utilizados como áreas naturais de pastagem e que a modificação do perfil dessas áreas somente ocorreu a partir da modernização da agricultura brasileira (início da década de 1970), quando foi realizado um levantamento por instituições científicas dos recursos naturais e existia uma crescente demanda mundial por áreas que pudessem produzir alimentos. A partir de então, os cerrados brasileiros passaram a ter crescente importância na produção de grãos – principalmente soja, trigo, milho e arroz –, com utilização intensiva de técnicas modernas, incentivada por subsídios públicos, créditos baratos, investimentos de infra-estrutura e pesquisa agrícola.

O cerrado brasileiro espalha-se por diversas unidades do território brasileiro (Figura 1), tem presença marcante no interior do Planalto Central do país e abrange áreas dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão, Piauí e Distrito Federal. Sua vegetação e "sua imensa área contínua, foram sempre capazes de despertar o interesse e a cobiça dos estrangeiros, como um estigma que pesasse sobre a aparente monotonia de sua paisagem" (SAN MARTIN; PELEGRINI, 1984, p. 45). A ocupação dessa área teve início no século XVI, em um processo que se desenrolou por espasmos e em consequência de eventos desconexos.

A área de assentamentos mais antiga é a que vai da zona de Cuiabá em Mato Grosso ao Oeste do atual Estado de Goiás. No século XVIII, [em que o] ouro e pedras preciosas foram encontrados nessas regiões. Foram tais descobertas que atraíram os primeiros exploradores, iniciando o povoamento (CUNHA, 1994, p. 46).

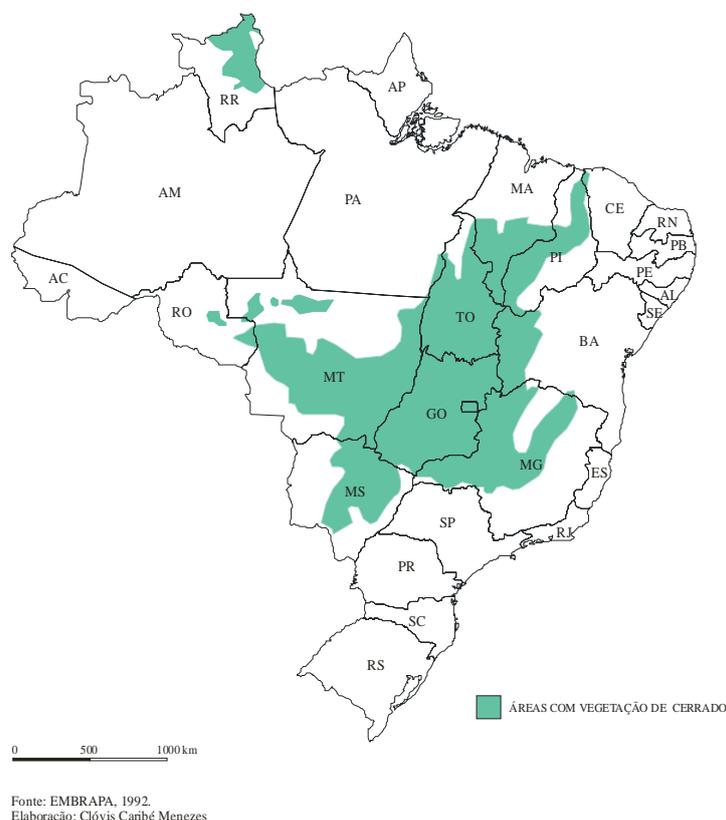


Figura 1 – Vegetação de cerrado – Brasil

Os estudos demonstram que três processos econômicos influenciaram, a partir do início do século XX, a mudança do perfil econômico da região Centro-Oeste do Brasil: o primeiro, a expansão cafeeira de São Paulo em direção ao Mato Grosso; o segundo, a implantação do transporte ferroviário naquele espaço – com a construção da estrada de ferro ligando a cidade de São Paulo a Anápolis (Goiás), e a construção da ferrovia ligando o Triângulo Mineiro¹⁰ ao Sul de Goiás a partir dos anos 30 do sé-

¹⁰ “Importante entreposto comercial, com influência sobre partes do sul da região de cerrados de Goiás à zona de pecuária extensiva do atual estado de Mato Grosso do Sul (especialmente área de Campo Grande cuja ocupação iniciara-se na década de 1920)” (CUNHA, 1994, p. 47).

culo passado; e o terceiro, o avanço da fronteira agrícola nas áreas de cerrado do país a partir do início da década de 1970.

Desde finais dos anos 1950 e durante toda a década de 1960, a região Centro-Oeste passou a experimentar um processo elevado de crescimento econômico e populacional jamais visto em sua trajetória histórica. Baseado em decisivos estímulos de políticas governamentais, o Estado também procurou agilizar o processo de interiorização nessa região, implementando ali projetos de colonização e transferindo a capital Goiás para Goiânia. Tais ações serviram para dinamizar a faixa central do país,

[...] mas foi a transferência da capital para Brasília e a construção de estradas ligando-a ao Centro-Sul e ao Norte, no momento de forte dinamização da indústria automobilística, que incorporou definitivamente essa região ao espaço econômico nacional (MARTINE, 1995, p. 63).

Foi comum, entretanto, a afirmação de que o processo de ocupação dos cerrados brasileiros ganhou grande impulso a partir do início da década de 1970. Tratava-se de um período que era visível o esgotamento da expansão da fronteira agrícola nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, assim como eram claras as dificuldades de penetração da agropecuária na Amazônia, devido aos altos custos dos investimentos em infra-estrutura. Tais aspectos muito contribuíram para atrair a atenção e incentivar o desenvolvimento de ações não somente governamentais, mas também de grupos econômicos que passaram a perceber, nos cerrados da região Centro-Oeste, um espaço possível de investimentos e de desconcentração da economia nacional.

Partindo dessa compreensão, podemos afirmar, em primeiro lugar, que a ocupação das fronteiras agrícolas do Centro-Oeste brasileiro e por extensão, em período posterior, dos cerrados baianos, esteve inserida no amplo processo de modernização da agricultura brasileira, o qual foi determinado por forças hegemônicas do capital. Tratou-se “(...) antes de tudo de um processo de expansão dos espaços capitalistas na fase de globalização agroindustrial, financeira e técnico-informacional” (HAESBAERT, 1997, p. 113).

E, em segundo lugar, que essa ocupação recente dos cerrados brasileiros ocorreu em um período da busca de expansão dos investimentos internacionais de setores econômicos de países avançados do capital. Isso devido às crises econômicas do modo de acumulação capitalista iniciadas em 1968, com a desvalorização do dólar pelos Estados Unidos e a ascensão da taxa básica de juros americana para 6% - a maior em um período de 20 anos; com a depressão de 1969-1970 e 1973-1974. Situações que forçaram, na lógica do sociometabolismo do capital, a procura de novos espaços para investimentos, o que possibilitaria um redirecionamento do processo de acumulação dos países avançados.

Dessa forma, a confluência dos dois fatores apontados, interno e externo, permitiu que os governos militares do período transformassem os cerrados brasileiros em áreas privilegiadas.

Do início da década de 1970 ao final do século XX, a ocupação dos cerrados brasileiros progressivamente se transformou em uma das principais alternativas para a expansão da fronteira agrícola no país; em um grande receptor de mudanças significativas ocorridas na região Centro-Oeste do Brasil¹¹; em um laboratório “onde [primeiro] se testaram dois grandes projetos o Padap (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba) e o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados)” (SAN MARTIN; PELEGRINI, 1984, p. 43). Estes projetos preparam os cerrados para, em um momento posterior, absorver a chegada do capital japonês a partir do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer¹², no que seria a maior intervenção capitalista até aquele momento nesses espaços.

Viabilizado pelo governo brasileiro, contando com recursos financeiros de bancos japoneses, o Prodecer contribuiu de forma marcante para uma nova fase de mudanças significativas do setor agrícola dos espaços de cerrados da região Centro-Oeste e, em parte, dos territórios dos Estados

¹¹ Também teve papel importante na ocupação das áreas de cerrado do Centro-Oeste do país a constituição do Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste (Ipeaco), posteriormente denominado Centro Nacional de Pesquisa do Milho e Sorgo, e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

¹² Nasceu de acordos de colaboração técnica, celebrados entre os governos brasileiro e japonês. Para a implantação do Prodecer, o governo japonês coordenou a pesquisa e a elaboração do projeto, e os seus bancos foram a fonte dos empréstimos, representados por um dos seus organismos, a *Japan International Cooperation Agency* - JICA.

de Minas Gerais e Bahia. De forma mais direta que os primeiros programas que haviam sido executados nos cerrados, esse projeto beneficiou, prioritariamente, setores ligados ao capital, propiciando a continuidade da expansão industrial brasileira (produção de maquinários modernos). Tratou-se do primeiro projeto para aquele espaço agrícola em que a transformação tecnológica e o desenvolvimento da agricultura em bases empresariais estavam previstos na direção da provocação de mudanças significativas na estrutura fundiária e produtiva. Isso porque os objetivos do programa estavam voltados para a criação de fazendas de grande porte, com agricultores com suporte empresarial e capacidade de utilizar novas tecnologias intensivas em capital.

Por se tratar de um período em que a conjuntura política era adversa à organização dos movimentos populares, dos sindicatos e partidos oposicionistas, o Prodecer figurou como um importante instrumento de controle e de dominação política nos espaços de cerrados do país. Em quase todas as análises disponíveis sobre as áreas de cerrado, o Prodecer aparece como um programa que deu considerável impulso à agricultura das regiões do Noroeste do Estado de Minas Gerais ao Oeste da Bahia, bem como em áreas de cerrados dos territórios dos Estados da região Centro-Oeste.

A seletividade dos investimentos públicos e privados na implantação do Programa, no caso específico das áreas de cerrados do Oeste da Bahia, podemos dizer, resultou numa intensa aceleração das desigualdades econômicas e sociais e contribuiu, decisivamente, para a formação de novos segmentos sociais na região.

4 O processo de ocupação com a moderna agricultura dos cerrados baianos: antecedentes e panorama atual

O espaço do cerrado baiano localizado na região Oeste do Estado (Figura 2), até o início da década de 1980, abrigava uma pecuária extensiva, de baixa produtividade em seus grandes pastos nativos. As suas terras tinham baixa cotação comercial. A inclusão dessa região na rota de expansão da fronteira agrícola do país com a chegada à região de grupos de produtores individuais e empresas com tradição agrícola diferenciada

daquela praticada anteriormente levou o governo do Estado a repensar sua forma de atuar na região, criando, no início da década de 1980, o Programa de Ocupação Econômica do Oeste - Programa Básico.

Reconhecia o governo, ao lançar tal programa, “que essa região, representando mais de um terço do território do Estado e apesar de sua posição reconhecidamente estratégica e notáveis potencialidades produtivas, permanecia como um imenso vazio, isolado, esquecido, desaproveitado”, e que as ações governamentais desenvolvidas eram fragmentárias e preliminares. Entendia, também, que o processo de introdução da moderna agricultura era algo irreversível e que por isso seria necessária a criação por parte do Estado de “mecanismos e instrumentos para apoiar os verdadeiros empresários” (BAHIA, 1980, p. 7).

Dentre as poucas mudanças ocorridas, durante as cinco últimas décadas, no perfil econômico, social e político da Bahia, uma das que mais chama a atenção é a que teve lugar nas áreas de cerrados do Oeste do Estado. Nessa região, os espaços territoriais com cerrados de alguns poucos municípios foram “eleitos” para receber, de forma mais intensa, as atividades agrícolas modernas.

Foi nesses espaços territoriais onde melhor se materializaram as características da modernização conservadora da agricultura que se instalou na Bahia, no final da década de 1970 e início da de 1980. Trata-se de um espaço territorial que passou a apresentar de forma mais estreita, a partir do início da década de 1980, conexões amplas dentro do quadro geral da recente ocupação dos espaços de cerrado da região Centro-Oeste do Brasil e vem se transformando em um importante pólo de produção de grãos. No caso baiano, mesmo apresentando significativas transformações das suas paisagens físicas e sociais, trata-se de uma região cuja formação histórica, associada a sua recente dinâmica econômica, vem sendo pouca debatida e pouco estudada no campo das ciências sociais.

O Oeste baiano, como se configura hoje para os organismos de planejamento do governo do Estado da Bahia, era um espaço que, até meados do século passado, fazia parte de uma ampla região denominada Sertão do Rio São Francisco¹³. Os grandes traços culturais da região são marcados diretamente pelos vínculos com o rio São Francisco e seus afluentes, por uma estreita relação com os fenômenos naturais e por leituras e visões de mundo com forte inspiração na religião católica. A rede fluvial se constituía, até próximo do final do século XX, no único meio de transporte de pessoas e mercadorias. O domínio da natureza, ou as tentativas de organizá-la, começava pelas terras férteis que margeavam o rio, mas sem perder de vista as ilhas, as *ipueiras*¹⁴ que se formam nas vazantes.

5 Oeste da Bahia: a nova estrutura produtiva no contexto da modernidade

A implementação da moderna agricultura nos espaços dos cerrados baianos foi um dos poucos fatos econômicos importantes ocorridos no território do Estado nos últimos 50 anos e um dos grandes responsáveis pela mudança do perfil econômico, político e geográfico da produção agrícola baiana. A estrutura agrária regional foi o grande “pano de fundo” sobre o qual se desenvolveu o processo de modernização capitalista nos cerrados baianos.

Para situar-se a estrutura da produção regional, é fundamental um rápido retrospecto sobre a produção de grãos no território nacional, principalmente a cultura da soja, que concentrou sua produção, primeiro, na região Centro-Sul, no início do processo de modernização conservadora

¹³ A região localizada na parte Oeste do Estado da Bahia tem como fronteiras: ao norte, o Estado do Piauí; ao sul, Minas Gerais; ao leste, os municípios de Buritirama, Barra, Muquém do São Francisco, Brejolândia, Sítio do Mato, Serra do Ramalho e Feira da Mata (todos os municípios pertencentes à Região do Médio São Francisco); e, ao oeste, Goiás e Tocantins. Possui a maior extensão territorial dentre as 15 regiões econômicas do Estado. Seus 114.447 km² correspondem a cerca de 20% do território baiano, tendo extensão territorial maior inclusive que alguns estados brasileiros.

¹⁴ Ipueiras - lagoas marginais que exercem funções imprescindíveis na perpetuação de várias espécies de peixes. É nessas lagoas que larvas, post-larvas, alevinos e peixes jovens encontram o *habitat* adequado para refúgio, proteção, sobrevivência e desenvolvimento.

da agricultura. Com a consolidação desse processo, outras regiões do país passaram a incorporar a produção de grãos, tendo a soja como a principal cultura.

A partir das mudanças ocorridas na base técnica da agricultura nacional, o modelo da soja foi definitivamente implantado, sendo considerado o setor precursor nas diversas inovações dos sistemas de produção e processamento de produtos agropecuários no país. A evolução da produção e do consumo da soja está estritamente relacionada com as grandes transformações da agricultura no fim do século XX. A expansão da área cultivada de soja, no Brasil, é resultado da incorporação de novas áreas nas regiões Centro-Oeste e Norte e da substituição de áreas plantadas com outras culturas na região Sudeste.

Segundo a Embrapa (2000), a expansão da área cultivada com soja em 88% entre 1970 e 1973, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ocorreu devido ao processo de substituição de culturas tradicionais, principalmente arroz, feijão, mandioca, batata, cebola, milho e café. O processo de crescimento da produção de soja nos cerrados nacionais apresentou-se em paralelo à redução da produção de alimentos básicos para o abastecimento interno. De uma área igual a 1,29 milhão de hectares plantados e uma produção de 2,2 milhões de toneladas em 1980, a região Centro-Oeste do Brasil passou a cultivar 5,08 milhões de hectares, com uma produção de 10,3 milhões de toneladas em 1989, representando 45% da produção nacional.

Na safra 1998/99, a região Centro-Oeste contribuiu com 42% da produção nacional de soja, enquanto a contribuição da região Sul foi de 43%. Verificou-se, através de uma regressão linear, que no período correspondente às safras 1989/90 a 1998/99, a produção da região apresentou uma taxa média anual de crescimento de 7,5%. Esse crescimento deveu-se mais ao aumento da produtividade do que da área semeada, pois esta última apresentou uma taxa média de crescimento de 3,3% ao ano, ao passo que a primeira cresceu a uma taxa de 4,2% ao ano.

Mediante os dados presentes na Tabela 1, podemos ver que, durante o processo de consolidação da modernização conservadora da agricultura nacional, fundada sobre mudanças na base técnica do setor agropecuário, e por conta da redução do volume de créditos e investimentos para esse setor agrícola, as culturas destinadas ao mercado interno, como

milho, arroz e feijão, foram relegadas a segundo plano, sofrendo redução na área de cultivo, seguindo a tendência nacional, mesmo sendo compensadas por ganhos de produtividade.

A evolução da área cultivada nos períodos apontados acima indica que a área cultivada com soja aumentou de 10,6, em 1993 para 18,5 milhões de hectares, em 2003, enquanto a produção cresceu 130%, passando de 22,6 para 52,2 milhões de toneladas. Esse aumento de produtividade ocorreu devido à utilização de pacotes tecnológicos produzidos pela indústria química e por grandes laboratórios internacionais e à efetiva participação dos setores de máquinas e equipamentos.

Tabela 1 – Evolução da área plantada: produção e produtividade de soja, arroz, feijão e milho – Brasil, 1993 – 2002.

Produtos	Área Plantada (milhões de ha)			Produção (milhões de ton)			Produtividade (ton/ha)		
	1993	2002	2003	1993	2002	2003	1993	2002	2003
Soja	10,6	-	18,5	22,6	-	52,2	2,13	-	2,82
Arroz	4,6	3,2	-	10,1	10,5	-	2,2	3,28	-
Feijão	4,7	4,3	-	2,5	3	-	0,53	0,7	-
Milho	12,8	12,9	-	30	43,5	-	2,34	3,37	-

Fonte: IBGE, CONAB

Nos espaços produtivos do Oeste baiano, a ocupação da fronteira agrícola, a partir do início da década de 1980, também contou, como carro-chefe do seu processo, com a cultura da soja. Assim como nos espaços dos cerrados da região Centro-Oeste do país, nesta nova fronteira agrícola, se reproduziram de modo mais acirrado as tendências registradas na Tabela 1. Com a implantação da cultura da soja nos cerrados baianos, parte da produção regional de culturas de subsistência perdeu espaço, conforme pode ser visto na Tabela 2.

Desde o início de sua introdução nos cerrados baianos, a cultura de soja tem apresentado características distintas de outras desenvolvidas nos espaços produtivos da região. A prática do plantio da cultura da soja praticamente inexistia no Estado da Bahia antes de 1980. Foi somente em 1981 que o IBGE registrou os resultados da primeira colheita realizada na região. Desse período até 2005, pouco menos de 25 anos, passou de 3.080 hectares de área colhida (1981) para 866.800 hectares (2005).

Na primeira década da introdução da soja na Bahia (1980 – 1990), verifica-se uma taxa anual de crescimento da área plantada superior a 68% a.a. O incremento da área plantada e da produção de soja nos espaços dos cerrados baianos foi resultado dos vários incentivos governamentais, a saber, créditos financeiros, pesquisas, apoio técnico, entre outros, bem como de uma forte demanda do mercado externo, principalmente de farelo de soja.

Durante a primeira década de consolidação da fronteira agrícola no Oeste baiano, a região presenciou um crescimento vertiginoso da sua área plantada com uma crescente quantidade produzida da sua principal cultura. A partir do início da segunda década de viabilização da fronteira, consolidado o processo conservador de modernização da agricultura nos cerrados baianos, ocorre, nos seus espaços, uma desaceleração no crescimento da área plantada simultânea a uma ampliação da sua produtividade.

As taxas de crescimento anual da produção da soja que ocorreu nos espaços de cerrados da Bahia na primeira década de expansão da sua fronteira agrícola vêm sofrendo, a partir de 1990, oscilações positivas, com uma intensidade de crescimento nos últimos 15 anos bem inferior aos 71% a.a. dos primeiros anos da sua introdução nos cerrados baianos. Entre 1990 e 2000, a taxa de crescimento da produção em toneladas da cultura da soja nos cerrados baianos foi de 21,20% a.a.; já entre 2000 e 2005 observa-se uma expressiva queda, pois a taxa de crescimento da produção regional não chegou aos 5% a.a.

Do ponto de vista do volume físico, no período 1980 e 2005, considerando somente a produção de soja, que era de 2.224 toneladas em 1981, em 2005 ultrapassou a barreira dos dois milhões de toneladas. Ao se considerar os últimos 15 anos (1990-2005), a produção da soja, regionalmente, subiu de 117.551 toneladas para 2.393.472 mil toneladas em 2005, experimentando taxas de crescimento anual superiores a 20% a.a. Deve-se ressaltar que o crescimento dessa produção durante este período não aconteceu de forma linear, como se pode observar na Tabela 2, a seguir, sobre a produção regional.

Tabela 2 – Produção de grãos - Região Oeste, Bahia (em toneladas) 1980/1990/2000.

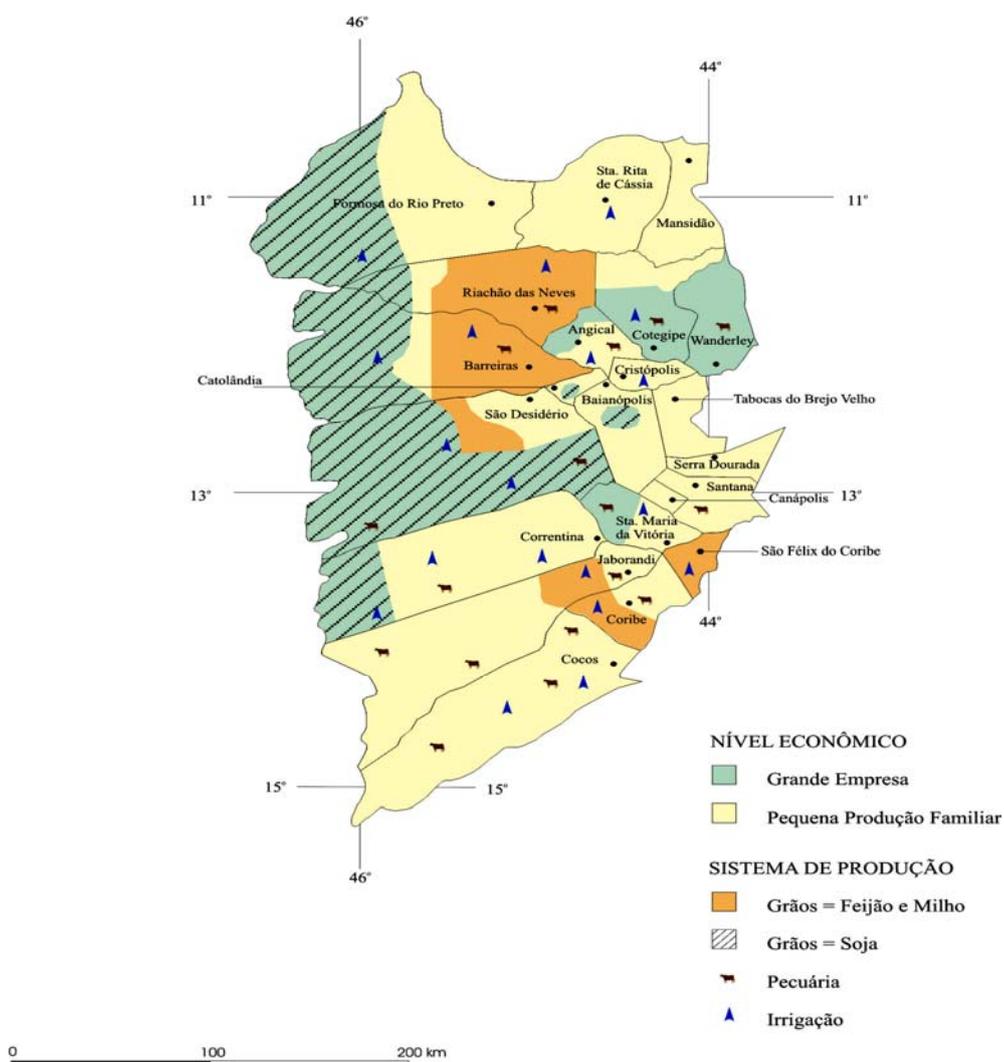
Produto	Produção (ton)						
	Períodos/Ano				Tx. Cresc. (%)		
	1980	1990	2000	2005	1980/ 1990	1990/ 2000	2000/ 2005
Algodão	26.494	1.158	110.885	736.491	-26,88	57,80	9,93
Arroz	9.533	8.675	86.400	89.345	-0,94	25,84	0,17
Feijão	12.254	10.529	51.742	33.124	-1,51	17,26	-2,21
Milho	2.738	25.969	891.147	1.022.180	25,23	42,41	0,69
Soja	1.019	117.551	1.508.115	2.393.472	60,77	29,07	2,34

Fonte: IBGE/PAM - Produção Agrícola Municipal.

Com base nos dados presentes sobre produção agrícola regional, podemos afirmar que a área ocupada pela moderna agricultura apresenta, também, superioridade técnica, em relação às demais áreas. Segundo dados fornecidos pela Aiba¹⁵, os produtores da região contam com cerca de 550 pivôs centrais instalados e uma área irrigada de aproximadamente 100 mil hectares, que significa algo em torno de 10% da área cultivada anualmente na região. Partes significativas desses pivôs centrais encontram-se instalados entre os espaços agrícolas dos sete municípios, o que pode ser visto na Figura 3.

O surgimento e a incorporação de novas culturas, como café e algodão, principalmente, não significaram a redução da área cultivada com a cultura da soja, produzida em maior escala nos municípios de Barreiras, São Desidério, Correntina e Luís Eduardo Magalhães. Estes municípios contam com suas áreas de cerrados quase que totalmente incorporadas à nova dinâmica agrícola implantada. Situação diferente dos seus outros 19 municípios. A existência de concentração da moderna atividade agrícola e da produção em três dos 23 municípios não é somente uma constatação da desigualdade econômica entre os municípios da região; é a confirmação que a modernização conservadora da agricultura vem gerando um processo concentracionista na dinâmica econômica regional.

¹⁵ Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia (Aiba), entidade que congrega proprietários que concentram 90% da produção regional.



Fonte: Base Cartografia: Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia, CEI, 1994. Escala 1:1.500.000
Elaboração: Clóvis Caribé Menezes.

Figura 3 – Mapa das atividades rurais – Região Oeste, Bahia

As transformações ocorridas em determinados espaços territoriais do Oeste baiano foram radicais, criaram sustentabilidade do setor agrícola regional e possibilitaram a sua integração à dinâmica industrial de produção nacional, através da constituição de complexos agroindustriais incompletos. Também foram as grandes responsáveis pela desorganização acelerada da base produtiva regional fora dos espaços da agricultura moderna.

A situação de ausência de perspectiva de espraçamento da moderna produção ocorre e tem com um dos fatores-chave a forma como, desde 1991, é exercido o controle do processamento industrial da soja na região por duas grandes empresas internacionais: a Ceval¹⁶ Alimentos do Nordeste e o Grupo Cargill¹⁷.

A dinâmica econômica que se imprimiu no setor agrícola da região, a partir do final da década de 1970, aproveitando-se de sua estrutura agrária, modificou parte significativa da base econômica regional. Apresentou uma nova territorialidade econômica, de matriz completamente desconhecida para o Estado, e contemplou os espaços de cerrados da região como um dos “eleitos” no território nacional para receber as profundas transformações da sua base agrícola.

Foi considerado como um dos espaços do território nacional “mais propício ao fortalecimento de cadeias produtivas agroindustriais, principalmente através da implantação de empresas fabricantes de rações, de abate, resfriamento e embutidos de suínos e aves, processadoras de sucos de frutas e outras” (CAR, 1997, p. 49). Dentre todos os outros espaços econômicos do território do Estado, foi o que experimentou, a partir daquele período, uma das mais significativas expansões de sua produção agrícola, tanto do ponto de vista do volume físico quanto da produção de grãos, tendo a soja como cultura principal.

Mesmo sendo considerado um dos principais setores que vêm permitindo significativos ganhos econômicos ao Estado, o conjunto das culturas

¹⁶ A Ceval é considerada pelos primeiros plantadores de soja nos cerrados baianos como a empresa responsável pelo progresso gerado no antigo Povoado de Mimoso que se transformou no município de Luís Eduardo Magalhães.

¹⁷ O Grupo Cargill arrendou a planta industrial de uma empresa baiana – Grupo Chaves – Olvebasa, logo no início do seu processo de operação.

introduzidas nos seus espaços de cerrados, assim como a dinâmica industrial que acompanha esses produtos, apresenta resultados que devem ser cuidadosamente analisados e sem a euforia que predomina nos informes governamentais e dos setores regionais envolvidos. No caso específico da soja, por exemplo, trata-se de uma monocultura, altamente mecanizada, que exige uma escala de produção que muitos dos produtores que incorporaram técnicas modernas nos cerrados do Oeste dificilmente conseguirão alcançar, seja devido aos custos dos insumos modernos necessários à produção competitiva do mercado, seja devido às características excludentes que um processo dessa natureza imprime.

6 Conclusão: cerrados baianos. Do “vazio” à modernização capitalista: a (des)organização de um espaço em transformação

As características que se imprimiram à moderna produção agrícola no Oeste baiano, a partir do final da década de 1970, aumentaram rapidamente as desigualdades econômicas e sociais entre os municípios, tanto entre os que se encontram nos espaços excluídos desse processo de modernização, como naqueles onde se concretizaram as relações técnicas modernas. Por desconhecimento em detalhes das características presentes nesse processo, são comuns, na região e no conjunto do Estado, declarações baseadas não em fatos que considerem as condições objetivas desse processo, mas em valores.

A principal e a mais divulgada dessas declarações, que carecem de fundamentação e situam-se no espectro, é a que traz, na sua conclusão, a afirmação de que a nova dinâmica agrícola viabilizada nos espaços de cerrados do Oeste da Bahia ocorreu porque os produtores que ali se instalaram são oriundos, principalmente, do Sul do país e, por isso, mais “aptos” a desenvolver as atividades que a moderna agricultura exige. Fazem isso, comparando o quadro que a base técnica e produtiva instalada nos espaços dos cerrados com o existente nos espaços da região não incorporados à moderna agricultura – onde se encontram os “outros”¹⁸

¹⁸ Fazem afirmações como essas, carregadas de preconceitos, pois “esquecem-se” de que nos cerrados do município de Formosa do Rio Preto encontramos um número significati-

produtores; e, por conta desse quadro, como algumas das corporações que se encontram nesses espaços modernos desenvolvem-se mais do que outras instaladas no conjunto da região fora dos espaços “eleitos”.

Mesmo sendo de grande valia para os discursos políticos das estruturas no poder e para justificar a existência recorrente de uma economia historicamente cambaleante, os avanços e as versões sobre a agricultura moderna praticadas nos cerrados não consideram que os seus efeitos são reduzidos sobre a base agrária do Estado, tanto que a produção regional das principais culturas nos cerrados baianos vem tendo, segundo a sua localização e o seu ritmo de crescimento durante os últimos 30 anos, destaque no Estado muito mais devido a ausência e/ou ao não-aparecimento de outros espaços agrícolas importantes ou devido à ausência de um projeto de modernização mais consistente para o seu conjunto.

Tais situações terminam por deixar em aberto problemas históricos das desigualdades econômicas e sociais presentes, que ficam à espera de análises concretas e que contemplem ações viabilizadoras e não, simplesmente, de propaganda e retórica maquiadoras da sua realidade.

Os espaços de novos territórios produtivos incorporados em um processo de modernização capitalista (como ilustrado na Figura 3), onde a grande empresa e a moderna produção ocupam uma parte menor que a área em que se desenvolve a cultura de subsistência, não são determinantes para a mudança do perfil social do conjunto da região. A concentração espacial da moderna agricultura que formou manchas distintas, definidas como modernas, transformou-se em sinônimo de riqueza, criando, com isso, espaços tratados por organismos públicos, instituições financeiras e financiadoras como superiores. Diferentemente, os espaços nos quais se concentra a agricultura tradicional, onde reside a maior parte da população regional, são tratados como espaços inferiores.

Por conta desse critério, o conjunto dos centros urbanos dos 21 municípios da região, exceto Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, gradativamente vem se transformando em centros sem expressão econômica. São

vo de produtores que vieram incentivados pelas cooperativas e promessas da construção de um “sonho dourado”, em situações precárias, parecidas à de produtores que desenvolvem relações mercantis nos municípios não incorporados ao processo de modernização agrícola.

gerados nesses dois municípios os valores econômicos produzidos regionalmente pela moderna agricultura, reforçados por fluxos industriais, de comercialização, de serviços (públicos e privados).

Nos cerrados baianos, com a implantação de uma nova dinâmica agrícola, presenciou-se uma redefinição territorial, em razão da qual foram constituídos novos espaços produtivos, criadas novas funcionalidades, diferentes daquelas dominantes anteriormente; foram transformados em fronteiras de ocupação, onde se mostram nítidos os efeitos arrasadores da modernização agrícola conservadora, sobretudo através da presença de uma geometria regular em que suas estradas parecem retas sem fim e os seus traçados urbanos com os novos loteamentos residenciais apresentam casas de arquiteturas padronizadas que têm, no seu entorno, imensos círculos de áreas irrigadas pelo sistema de pivô central.

O processo de ocupação dos espaços dos cerrados baianos, que se aproxima das três décadas, revela as desigualdades econômicas e sociais presentes no conjunto da região e em seus lugares, realçadas e pouco divulgadas quando comparadas às propagandas sobre as produtividades que as novas culturas agrícolas introduzidas nos cerrados são levadas a obter. As contradições da modernidade capitalista que se apresentam na região são muito semelhantes às presentes no conjunto do Estado. Tanto que no município de Luís Eduardo Magalhães, considerado exemplo de desenvolvimento para o modelo agrícola implantado na região, em pouco tempo de constituído, as contradições são tão agudas que chamam atenção: em sua sede, residem, em um único bairro, uma parcela significativa de trabalhadores rurais desempregados e trabalhadores que exercem atividades de uma economia submergida, que, por ser tão desigual e violento, foi batizado pelos seus moradores de Iraque¹⁹.

Não é a única contradição existente nos espaços da modernidade agrícola baiana. Uma outra que chama atenção nacionalmente está presente no conjunto dos municípios incorporados à moderna agricultura. As denúncias, como as publicadas em artigo especial produzido pelo *Jornal Folha de São Paulo*, de 18 de julho de 2004, com o título “Lavoura Ar-

¹⁹ A referência ao Iraque é devida ao caráter belicoso do país e devido as suas constantes disputas territoriais.

caica”, são constantes. No referido artigo, foram revelados, a partir de relatórios do governo federal, os princípios que têm norteado o processo de ocupação das novas áreas agrícolas dos cerrados brasileiros e, especificamente, o baiano, que tem no trabalho escravo uma das suas molas mestras.

O artigo da *Folha de São Paulo* utilizou-se de uma série de dados da Secretaria de Inspeção do Ministério do Trabalho entre os anos de 2000 e 2002. Nesse período, a Delegacia Regional do Trabalho - DRT-Regional de Barreiras/Bahia, juntamente com a de outros Estados da Federação, registrou denúncias e efetuou diversas autuações em propriedades rurais situadas nos cerrados dos Estados do Maranhão, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Piauí, Minas Gerais e Bahia. Na descrição do periódico:

Os municípios de Sorriso (MT), maior produtor de soja do Brasil, e de São Desidério (BA), maior produtor de grãos do Nordeste, estão na rota oficial do trabalho escravo, juntamente com outros celeiros prósperos da produção de grãos, como [...] Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia. [...] Foi lá [em São Desidério] que ocorreu, no ano passado [em 2004], a maior operação de ‘libertação’ de trabalhadores em condição análoga à escrava já realizada: 745 pessoas retiradas da fazenda Roda Velha, que, segundo o processo de fiscalização, pertence a Ernesto Dias Filho e à Caribbean Participações, que não foram localizados pela reportagem. Moacir Hoop, presidente do Sindicato Rural de Luiz Eduardo Magalhães, que representa também os fazendeiros de São Desidério, acha que o Ministério do Trabalho exagera o problema.

Uma nova reportagem sobre denúncias da existência de trabalho escravo foi produzida por “*A Tarde*” (29.04.2006). Mais uma vez, o alvo e a confirmação da denúncia foi exclusivamente o espaço com moderna agricultura do Oeste da Bahia. O artigo do principal jornal baiano apontava que, em uma nova investida, a DRT-Regional de Barreiras/Bahia: “[...] resgatou 211 trabalhadores rurais em duas operações [...]”. No total foram lavrados 30 autos de infração, sendo as condições de sobrevivên-

cia classificadas de degradantes nas duas fazendas.” São as contradições que marcam a modernização capitalista da região Oeste da Bahia, onde convivem o emprego de técnicas avançadas e altos investimentos de capital com relações de produção não civilizadas e ultrapassadas nos marcos dos Estados modernos. Persistem, também nos espaços da moderna agricultura, formas de poder personalizadas, generalizadas regionalmente, estreitamente vinculadas a uma distribuição bastante desigual do patrimônio fundiário.

São esses fatos, e mais o controle do processamento industrial da soja na região exercido por duas grandes empresas internacionais, a Ceval Alimentos do Nordeste e o Grupo Cargill, que nos possibilitam afirmar que a forma como se encontra estruturada a base produtiva dos cerrados baianos não nos permite vislumbrar a possibilidade da sua ampliação para outros espaços regionalmente constituídos.

A nova territorialidade social e produtiva nos espaços dos cerrados baianos está definida, não incluindo, até mesmo, uma parcela daqueles que fizeram parte da “aventura” que a ocupação da nova fronteira agrícola representava no início dos anos de 1980. Pois encontramos produtores “gaúchos”, considerados pioneiros, nos espaços de cerrados em precária situação de vida, principalmente os que se encontram nos espaços que foram objeto dos primeiros loteamentos do Prodecer e participantes do sistema modelo cooperativo de ocupação dos cerrados no Oeste baiano.

O processo de modernização em manchas do território da região apresenta expansão limitada, muito devido à posição complementar que a produção local tem nos circuitos comerciais ou industriais do capitalismo e dependente de conjunturas e interesses circunstanciais²⁰. O principal espaço produtivo criado desde o início do processo de modernização agrícola nos cerrados baianos – Luís Eduardo Magalhães – apresenta situações econômicas e sociais que apontam cada vez mais para maior concentração do produto e da produção, ampliando as diferenças so-

²⁰ Com a introdução, no país, de um projeto arrojado de criação de novas alternativas energéticas a partir de oleaginosas e da cana, assiste-se o início de uma nova corrida de produtores e grupos econômicos, para a região, em busca de terras. Percebe-se, pelos representantes das empresas processadoras e produtores de grãos e suas representações, que esse é um fato preocupante, pois, caso se confirme um processo com essas características, a base técnica regional e a infra-estrutura instalada para grãos necessariamente sofrerão alterações.

ciais e econômicas, que parecem normais para as camadas dominantes constituídas regionalmente.

7 Referências

BAHIA. Governo do Estado. *Ocupação econômica do oeste*: Programa Básico. Salvador: [s.n], 1980.

_____. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia (Seplantec). *Oeste da Bahia: perfil regional: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS)*. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 1995. (Cadernos CAR, 8).

CARGILL. Disponível em: <http://www.cargill.com.br>. Acesso em 17/04/2007.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede - A era da Informação: economia, sociedade e cultura*, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUNHA, A. S. (coord.). *Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados*. Brasília: IPEA, 1994. 254p.

EMBRAPA. Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/rectec/aspagro.htm>. Acesso em 12/01/2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: UFF. 1997.

IBGE. *Produção agrícola municipal*. <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 13/04/2007.

KAGEYAMA, Â. Novo padrão agrícola brasileiro: Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. *et al.* (orgs.). *Agricultura e políticas públicas brasileiras*. Brasília: IPEA, 1990. (Relatório, n. 127).

MARTINE, G. Evolução Espacial da População Brasileira. In: AFFONSO, R. B. Á.; SILVA, P. L. B. (orgs.). *Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/EDUSP, 1995. p. 59–91.

MÉSZAROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, N. O capitalismo no oeste da Bahia. *Cadernos do CEAS*, n. 86, p. 22-36, 1983.

_____. Neocorporativismo e política pública. *Caderno do CEAS*. São Paulo: Loyola, 2004.

SAN MARTIN, P.; PELEGRINI, B. *Cerrados: uma ocupação japonesa no campo*. Rio de Janeiro: CODRECI, 1984.

SANTOS, C. C. M. dos. A (in)sustentabilidade da região: o novo paradigma do desenvolvimento regional. *Cadernos do CEAS*, n. 192, 2001.

SANTOS FILHO, M. (coord.). *O processo de urbanização no oeste baiano*. Recife: SUDENE, 1989. (Série de Estudos Urbanos, 1).

SANTOS, M. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.

WEGNER, R. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

Artigo recebido para publicação em:

18 de maio de 2008.

Artigo aceito para publicação em:

30 de outubro de 2008.

Como citar este artigo:

SANTOS, C.C.M. dos. Os cerrados da Bahia sob a lógica do capital. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 76-108, jan.-jun. 2008.